|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
|  | Baixada Santista  Energia S.A. |  |
|  | (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -  Petrobras) |  |
|  | **Demonstrações Financeiras em 31**  **de dezembro de 2022** |  |
|  |  |  |

Conteúdo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3**

**Balanço patrimonial 6**

**Demonstração do resultado 7**

**Demonstrações dos resultados abrangentes 8**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9**

**Demonstração dos fluxos de caixa 10**

**Demonstrações do valor adicionado 11**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 12**

|  |
| --- |
| KPMG Auditores Independentes Ltda.  Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  Telefone +55 (21) 2207-9400  kpmg.com.br  Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras |
| Aos Administradores e Acionistas da  Baixada Santista Energia S.A  Rio de Janeiro – RJ |
| Opinião |
| Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. |
| Base para opinião |
| Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.  Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. |
| Ênfase – Transações com Partes Relacionadas |
| **Transações com o acionista controlador**  Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue ao plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto.  Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. |
| **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado** |
| A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |
| **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** |
| A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. |
| **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** |
| A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. |
| Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras |
| Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:   * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.   Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. |
| Rio de janeiro, 03 de março de 2023  KPMG Auditores Independentes Ltda.  CRC SP-014428/O-6 F-RJ  Marcelo Nogueira de Andrade  Contador CRC RJ-086312/O-6 |

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Ativo** | **Nota** | **2022** |  | **2021** |  | **Passivo** | **Nota** | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |  |  | **Circulante** |  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa |  | 2 |  | 4 |  | Fornecedores |  | 1.379 |  | 1.070 |
| Contas a receber, líquidas | 6.1 | 137.127 |  | 124.157 |  | Financiamentos - Arrendamentos | 10 | 108.790 |  | 117.394 |
| Contas a receber - FIDC | 6.1d | 136.807 |  | 135.563 |  | Dividendos e JCP a pagar | 11.3 | 1.090 |  | - |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.1 | 31.381 |  | 20.392 |  | Provisão para pesquisa e desenvolvimento |  | 804 |  | 715 |
| Impostos e contribuições | 9.1 | 19.731 |  | 15.104 |  | Obrigações trabalhistas |  | 68 |  | 13 |
| Despesas antecipadas | 8 | - |  | 313 |  | Impostos e contribuições a recolher | 9.1 | 3 |  | 3 |
|  |  | **325.048** |  | **295.533** |  |  |  | **112.134** |  | **119.195** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Não circulante** |  |  |  |  |  | **Não circulante** |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Financiamentos - Arrendamentos | 10 | - |  | 90.116 |
| Contas a receber, líquidas | 6.1 | 63.710 |  | 156.957 |  |  |  | **-** |  | **90.116** |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.1 | 19.479 |  | 23.774 |  |  |  |  |  |  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.2 | 2.097 |  | 8.411 |  |  |  |  |  |  |
| Outros ativos realizáveis a longo prazo |  | 2.438 |  | 2.281 |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **87.724** |  | **191.423** |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | **Patrimônio líquido** |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Capital social | 11.1 | 297.136 |  | 297.136 |
|  |  |  |  |  |  | Reservas de Lucro  Prejuízo Acumulado |  | 3.502  - |  | -  (19.491) |
|  |  |  |  |  |  |  |  | **300.638** |  | **277.645** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **412.772** |  | **486.956** |  |  |  | **412.772** |  | **486.956** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | | |  |  | | |  | |  | |  |  | |
|  |  | **Nota** |  | | |  | **2022** |  |  | |  | | **2021** |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |
|  | Gerais e administrativas | 12.1 |  | | |  | (2.352) |  |  | |  | | (3.147) |
|  | Outras despesas e receitas líquidas | 12.3 |  | | |  | - |  |  | |  | | 28 |
|  | Tributárias | 12.2 |  | | |  | (3.622) |  |  | |  | | (1.585) |
|  |  |  |  | | |  | (5.974) |  |  | |  | | (4.704) |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |
|  | (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos |  |  | | |  | (5.974) |  |  | |  | | (4.704) |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |
|  | Resultado financeiro líquido | 13 |  | | |  | 40.122 |  |  | |  | | (33.291) |
|  | Receitas financeiras |  |  | | |  | 79.638 |  |  | |  | | 73.215 |
|  | Despesas financeiras |  |  | | |  | (39.673) |  |  | |  | | (107.284) |
|  | Variações Monetárias, Líquidas |  |  | | |  | 157 |  |  | |  | | 778 |
|  | Lucro (prejuízo) antes dos impostos |  |  | | |  | 34.148 |  |  | |  | | (37.995) |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |
|  | Imposto de renda e contribuição social | 9.3 |  | | |  | (10.065) |  |  | |  | | 13.046 |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |
|  | Lucro (prejuízo) do exercício |  |  | | |  | 24.083 |  |  | |  | | (24.949) |
|  | Lucro (prejuízo) básico e diluído por Ação (em R$) | 11.4 |  | | |  | 0,08 |  |  | |  | | (0,08) |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  | |  | |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  | | |
|  |  |  |  |  | **2022** |  |  |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Lucro (Prejuízo) do exercício |  |  |  | 24.083 |  |  |  | (24.949) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Resultado abrangente total do exercício |  |  |  | 24.083 |  |  |  | (24.949) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Reservas de lucros** | | |  | |
|  | **Capital social** | **Legal** | **Dividendos adicionais propostos** | **Lucros (prejuízos) acumulados** | **Total do patrimônio líquido** |
| **Saldos em 01 de janeiro de 2021** | 297.136 | 5.458 | 48.639 | - | 351.233 |
|  |  |  |  |  |  |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (24.949) | (24.949) |
| Absorção do prejuízo com reserva | - | (5.458) |  | 5.458 | - |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | (48.639) | - | (48.639) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | 297.136 | - | - | (19.491) | 277.645 |
| Lucro do exercício | - | - | - | 24.083 | 24.083 |
| Constituição da Reserva Legal | - | 230 | - | (230) | - |
| Dividendos mínimo obrigatório | - | - | - | (1.090) | (1.090) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | 3.272 | (3.272) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **297.136** | **230** | **3.272** | **-** | **300.638** |
|  | | |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | |  |  |  |
|  | | |  |  |  |
|  | | |  |  |  |
|  | | |  |  |  |

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** |  |  |  |
| Lucro (prejuízo) do exercício | 24.083 |  | (24.949) |
| Ajustes para: |  |  |  |
| Despesa financeira sobre arrendamentos | 39.583 |  | 107.245 |
| Receita financeira sobre arrendamentos | (56.323) |  | (64.227) |
| Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro | (19.159) |  | (7.679) |
| Atualização sobre impostos e contribuições | (4.158) |  | (1.310) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos  Imposto de renda e contribuição social correntes | 6.313  3.752 |  | (16.856)  3.810 |
|  |  |  |  |
| Redução (Aumento) de ativos |  |  |  |
| Contas a receber | (379) |  | 2.988 |
| Recebimento de arrendamento e subarrendamento financeiro | 136.980 |  | 125.152 |
| Despesas antecipadas | 313 |  | 1.049 |
| Impostos e contribuições a recuperar  Outros ativos | (10.915)  (157) |  | (14.271)  (778) |
|  |  |  |  |
| Aumento (Redução) de passivos |  |  |  |
| Fornecedores | 309 |  | (1.187) |
| Outros passivos | 143 |  | 42 |
| Impostos e contribuições a recolher | - |  | (382) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - |  | (183) |
| Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais | 120.385 |  | 108.464 |
|  |  |  |  |
| **Fluxo de caixa de atividades de investimento** |  |  |  |
| Investimentos em recebíveis de ativos financeiros | 17.915 |  | 80.917 |
| Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos | 17.915 |  | 80.917 |
|  |  |  |  |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** |  |  |  |
| Dividendos pagos | - |  | (64.471) |
| Pagamento de arrendamento financeiro - EMAE | (138.302) |  | (124.909) |
| Recursos líquidos utilizados pelas atividades de financiamentos | (138.302) |  | (189.380) |
|  |  |  |  |
| Redução/Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício | (2) |  | 1 |
|  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4 |  | 3 |
|  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 2 |  | 4 |

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** | | |
| **Outras receitas** |  |  |  | | |
| Venda do ativo imobilizado | - |  | 1.251 | | |
| Reversão de impairment | - |  | - | | |
|  | - |  | 1.251 | | |
|  |  |  |  | | |
| **Insumos adquiridos de terceiros** |  |  |  | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (2.353) |  | (4.369) | | |
| Baixa do valor residual do ativo imobilizado  Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros | -  (13.628) |  | -  (10.774) | | |
|  | (15.981) |  | (15.143) | | |
|  |  |  |  | | |
| Valor adicionado (consumido) bruto | (15.981) |  | (13.892) | | |
|  |  |  |  | | |
| Valor consumido pela Companhia | (15.981) |  | (13.892) | | |
|  |  |  |  | | |
| **Valor adicionado recebido em transferência** |  |  |  | | |
| Receitas financeiras - inclui variação monetária | 79.795 |  | 73.993 | | |
|  |  |  |  | | |
| Valor adicionado a distribuir | 63.814 |  | 60.101 | | |
|  |  |  |  | | |
| **Distribuição do valor adicionado** |  |  |  | | |
| Honorários diretoria |  |  | - | | |
|  |  |  |  | | |
| **Tributos** |  |  |  | | |
| Federais | (2.472) |  | (23.365) | | |
| Municipais | 2.530 |  | 1.131 | | |
|  | 58 |  | (22.234) | | |
| **Instituições financeiras e fornecedores** |  |  |  | | |
| Juros e variações monetárias | 39.673 |  | 107.284 | | |
|  |  |  |  | | |
| **Acionistas** |  |  |  | | |
|  |  |  |  | | |
| Resultado do exercício | 24.083 |  | (24.949) | | |
| Valor adicionado distribuído | 63.814 |  | 60.101 | | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  | |  |

1. Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”) foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras” ou “Controladora”), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

* 1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga à BSE da concessão, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

* 1. Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

1. Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024, conforme nota explicativa 10.

A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos muda porque a Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

1. Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua controladora representado Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada com vencimento em novembro de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

As parcelas mensais de R$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, e o saldo em 31 dezembro de 2021 soma R$ 207.470 (em 31 de dezembro de 2022 soma R$ 138.862). O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está apresentado na nota 6 b.

1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Os Administradores da Companhia, em reunião realizada em 3 de Março de 2023, autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, conforme previsto em seu plano estratégico até o exercício de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

**2.1. Demonstração do Valor Adicionado**

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

**2.2** **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

O ativo imobilizado da Companhia é composto por um conjunto de turbogerador, que está arrendado para a Petrobras (nota explicativa 1.2).

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado com vida útil definida, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.3.1. Ativos financeiros

* + - 1. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

* + - 1. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

* Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
* Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
* Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
  + 1. Passivos Financeiros
       1. Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

* + - 1. Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

1. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir é apresentada informação apenas sobre prática contábil e estimativa que requer elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que pode afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

* 1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Baixada Santista Energia com base em pareceres de seus assessores, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 14.

**4.2** **Tributos diferidos sobre o lucro**

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 9.2.

1. Novos pronunciamentos contábeis

**International Accounting Standards Board (IASB)**

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tais como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Norma** |  | **Descrição** |  | **Data de vigência e**  **disposição transitória** |
| *IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts* |  | O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - *Insurance Contracts* e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas. |
| *Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2* |  | Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS *1 Presentation of Financial Statements* estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1. |
| *Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8* |  | De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva. |
| *Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12* |  | As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 *Income Taxes* de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. |  | 1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas. |
| *Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16* |  | Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (*Sale and Leaseback*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. |  | 1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |
| *Classification of Liabilities as Current or Non-current /*  *Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1* |  | As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.  Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.  Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas *covenants*. |  | 1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

**Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2022. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como os IFRS equivalentes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC** | **IFRS equivalente** | **Data de vigência** |
| Pronunciamento Técnico CPC 50 | *IFRS 17 – Insurance Contracts* | 1º de janeiro de 2023 |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 | *Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8) Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1)  Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS12)* | 1º de janeiro de 2023 |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 | *IFRS 17 – Insurance Contracts  Amendments to IFRS 17  Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)* | 1º de janeiro de 2023 |

6. Contas a receber

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** |
| Terceiros | 1.553 | 1.552 |
| Contas a receber – Turbogerador1 | - | - |
| Arrendamento mercantil (c) | 57.823 | 69.873 |
| Reembolso de encargos setoriais (a) | 2.599 | 2.220 |
| Disponibilidade de máquinas (b) | 138.862 | 207.469 |
|  | 200.837 | 281.114 |
| Circulante | 137.127 | 124.157 |
| Não circulante | 63.710 | 156.957 |
|  | **200.837** | **281.114** |

* + - 1. Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

1. Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em Novembro de 2024. As parcelas mensais de R$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA.

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 31 de dezembro de 2022 soma R$ 138.862, e em 31 de dezembro de 2021 soma R$ 207.469 referente a uma parcela do contas a receber. A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2020** | **Recebimentos** | | | **Reajuste** | | **Reajuste de encargos nominais** | | | | **Encargos nominais incorridos** | | **Saldo em 31.12.2021** | | | |
| Subarrendamento | 258.601 | (89.965) | | | 22.974 | | (2.526) | | | | 18.385 | | 207.469 | | | |
|  |  |  | | |  | |  | | | |  | |  | | | |
|  | | | |  | | | |  |  | | | | |  | **Recebimentos** | | | |
| **Compromissos Estimados** | | | | **Valor Futuro** | | | |  | **Juros a incorrer** | | | | |  | **Valor Presente** | | | |
| Circulante | | | | 94.489 | | | |  | (3.743) | | | | |  | 90.745 | | | |
| Não circulante | | | | 133.523  321.517 | | | |  | (16.799) | | | | |  | 116.724 | | | |
| Em dezembro de 2022 | | | | 228.012 | | | |  | (20.542) | | | | |  | 207.469 258.601x258.601 | | | |
|  | | | |  | | | |  |  | | | | |  |  | | | |
|  | | | |  | | | |  |  | | | | |  |  | | | |
|  | | | |  | | | |  |  | | | | |  |  | | | |
|  | **Saldo em 31.12.2021** | **Recebimentos** | | | **Reajuste** | | **Reajuste de encargos nominais** | | | | **Encargos nominais incorridos** | | **Saldo em 31.12.2022** | | | |
| Subarrendamento | 207.469 | (98.511) | | | 17.444 | | (1.322) | | | | 13.782 | | 138.862 | | | |
|  |  |  |  | | |  | | | |  | |  | | | |  | |
|  | | | |  | | | |  |  | | | | |  | **Recebimentos** | | | |
| **Compromissos Estimados** | | | | **Valor Futuro** | | | |  | **Juros a incorrer** | | | | |  | **Valor Presente** | | | |
| Circulante | | | | 104.003 | | | |  | (3.743) | | | | |  | 100.260 | | | |
| Não circulante | | | | 42.940  321.517 | | | |  | (4.338) | | | | |  | 38.602 | | | |
| Em 31 de dezembro de 2022 | | | | 146.943 | | | |  | (8.081) | | | | |  | 138.862 | | | |
|  | | | |  | | | |  |  | | | | |  |  | | | |

1. Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15 de novembro de 2024, 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **Recebimentos** |
| **Compromissos Estimados** | **Valor**  **Futuro** |  | **Juros nominais**  **Anuais** |  | **Valor Presente** |
| 2023 | 38.468 |  | (5.752) |  | 32.716 |
| 2024 em diante | 38.468 34.851 |  | (13.361) |  | 25.107 |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **76.936** |  | **(19.113)** |  | **57.823** |
| Circulante | 38.468 |  | (5.752) |  | 32.716 |
| Não circulante | 38.468 |  | (13.361) |  | 25.107 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **76.936** |  | **(19.113)** |  | **57.823** |
| Circulante | 34.852 |  | (5.211) |  | 29.640 |
| Não circulante | 69.703 |  | (29.470) |  | 40.233 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 104.555 |  | (34.681) |  | 69.873 |

**Prática Contábil**

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

1. Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 136.807 (R$ 135.563 em 31 de dezembro de 2021), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

**Prática Contábil**

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7 Partes relacionadas

* 1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Petrobras** | | |
|  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |
| **Ativo** |  |  |  |
| Circulante |  |  |  |
| Contas a receber arrendamento (nota explicativa 6.c) | 32.716 |  | 29.640 |
| Contas a receber subarrendamento (nota explicativa 6. b) | 100.259 |  | 90.745 |
| Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 6.a) | 2.599 |  | 2.220 |
| Contas a receber – FIDIC (nota explicativa 6.d) | 136.807 |  | 135.563 |
|  | 272.381 |  | 258.168 |
|  |  |  |  |
| Não circulante |  |  |  |
| Contas a receber arrendamento (nota explicativa 6.c) | 25.107 |  | 40.233 |
| Contas a receber subarrendamento (nota explicativa 6.b) | 38.603 |  | 116.724 |
|  | 63.710 |  | 156.957 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  | 336.091 |  | 415.126 |
| **Passivo** |  |  |  |
| Circulante |  |  |  |
| Dividendos e JSCP (nota explicativa 11.3) | 1.090 |  | - |
|  | 1.090 |  | - |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  | **2022** |  | **2021** |
| **Resultado** |  |  |  |
| Receita de arrendamento (nota explicativa 13) | 19.152 |  | 39.798 |
| Receita sobre o subarrendamento (nota explicativa 14) | 13.783 |  | - |
| FIDC (nota explicativa 13) | 19.159 |  | 7.679 |
|  | 52.094 |  | 47.477 |

* 1. Remuneração dos administradores da Companhia

Em atendimento as disposições estatutárias, a remuneração dos administradores aguarda a aprovação em Assembleia de Acionista, prevista para ocorrer no final de abril. Até o momento os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista S.A.

1. Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2022 figura na conta o valor de R$ 0 (R$ 313 em 2021) que se refere ao pagamento de seguro garantia.

1. Tributos
   1. Tributos correntes

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **Ativo Circulante** | | |  | **Ativo não Circulante (i)** | | |  | **Passivo Circulante** | | |
|  | **2022** |  | **2021** |  | **2022** |  | **2021** |  | **2021** |  | **2020** |
| No país: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Imposto de renda | 27.750 |  | 17.581 |  | 16.742 |  | 21.177 |  | - |  | - |
| Contribuição social | 3.631 |  | 2.811 |  | 2.737 |  | 2.597 |  | - |  | - |
|  | 31.381 |  | 20.392 |  | 19.479 |  | 23.774 |  | - |  | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 à 2015 e 2017 à 2018, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. No quarto trimestre de 2020 a Companhia recebeu o valor 19.723 referente parte dos pedidos de restituição de IRPJ e CSLL dos anos de 2011, 2013,2014 e 2015 reduzindo assim o seu saldo a recuperar. O montante de ativo circulante do ano de 2022 é composto por valores no qual foram objetos de pedido de restituição e saldos negativos, respectivamente demonstrados a seguir: IRPJ – 19.521 e 8.229 e CSLL – 3.121 e 510

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Ativo Circulante** | | |  | **Passivo circulante** | | |
| **Demais impostos e contribuições** | **2022** |  | **2021** |  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| PIS/COFINS ***1*** | 18.813 |  | 14.260 |  | - |  | - |
| IRRF | 168 |  | 159 |  | 1 |  | - |
| CSLL | 676 |  | 611 |  | 2 |  | 3 |
| Outros impostos | 74 |  | 74 |  | - |  | - |
|  | 19.731 |  | 15.104 |  | 3 |  | 3 |

*1. A rubrica de PIS e COFINS a Recuperar está composta pelas retenções na fonte realizadas pela Petrobrás e são compensadas mensalmente na apuração dos mesmos tributos.*

**Prática Contábil**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

* 1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

**A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Arrendamento mercantil financeiro (i)** | |  | **Arrendamento e subarrendamento mercantil (ii)** | | |  |  |
|  | **Imobilizado** | **Contas a receber** |  | **Arrendamento EMAE** |  | **Subarrendamento Petrobras** |  | **Total** |
| Em 31 de dezembro de 2020 | (14.008) | 29.458 |  | 28.770 |  | (35.775) |  | 8.445 |
| Reconhecido no resultado do exercício | 950 | 70 |  | (526) |  | (17.350) |  | (16.856) |
| Em 31 de dezembro de 2021 | (13.058) | 29.528 |  | 28.244 |  | (53.125) |  | (8.411) |
| Reconhecido no resultado do exercício | 950 | (3.311) |  | 32.001 |  | (23.326) |  | 6.314 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | (12.108) | 26.217 |  | 60.245 |  | (76.451) |  | (2.097) |

1. **Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos passivos ficais diferidos é a seguinte:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Ativos** | **Passivos** |
| 2022 em diante | | 2.097 | - |
| Parcela registrada contabilmente | | 2.097 | - |

1. **Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos s/ diferenças temporárias do CPC 06 (R2)**

O cálculo dos impostos diferidos referente a adoção do CPC 06 (R2) foram efetuados com base nas adições e exclusões temporárias, e serão realizados na proporção da vigência dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

**Práticas Contábeis**

**(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiras de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

* 1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | **2022** |  | | | **2021** | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 34.148 |  | | | | | (37.995) |
|  | | | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | |  |  | | | |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | | | |  | |  | |  | |  | |  | | (11.610) | | |  | 12.918 | | | |
|  |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |  | | | | |  |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |  | | | | |  |
| Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 2.432 |  | | | | | 2.437 |
| Arrendamento financeiro |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (1.428) |  | | | | | (3.977) |
| Outros |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 24 |  | | | | | 24 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 517 |  | | | | | 1.644 |
|  |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |  | | | |  | | |
| Imposto de renda e contribuição social |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (10.065) |  | | | 13.046 | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (6.313) |  | | | 16.856 | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (3.752) |  | | | (3.810) | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (10.065) |  | | | 13.046 | | | | |
|  |  |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |  | | |  | | | | |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | | | |  | |  | |  | |  | |  | | 29% | | |  | 34% | | | | |

1. Arrendamentos mercantis

Pela adoção do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2020** |  | **Pagamentos** | **Reajuste** | **Reajuste de encargos nominais** | **Encargos nominais incorridos** | **Saldo em 31.12.2021** |
| Financiamentos - EMAE | 225.174 |  | (124.908) | 94.932 | (9.888) | 22.200 | 207.510 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2021** | **Pagamentos** | **Reajuste** | **Reajuste de encargos nominais** | **Encargos nominais incorridos** | **Saldo em 31.12.2022** | |
| Financiamentos - EMAE | 207.509 | (138.302) | 24.555 | (1.756) | 16.784 | 108.790 | |
|  |  |  |  |  |  |  |  | |

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE com a Petrobras é de 9,0300%.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Compromissos Estimados (a pagar)** | **Valor Futuro** |  | **Juros Anuais** |  | **Valor Presente** |
| Circulante | 124.908 |  | (7.514) |  | 117.394 |
| Não circulante | 104.090 |  | (13.975) |  | 90.115 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 228.998 |  | (21.489) |  | 207.509 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Compromissos Estimados (a pagar)** | **Valor Futuro** |  | **Juros à incorrer** |  | **Valor Presente** |
| Circulante | 115.252 |  | (6.462) |  | 108.790 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 115.252 |  | (6.462) |  | 108.790 |

**Práticas Contábeis**

**(i) Determinação quando um contrato contém arrendamento**

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

**(ii) Ativos arrendados**

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

**(iii) Pagamento dos arrendamentos**

Os passivos de arrendamentos são mensurados inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Esse passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento, resultante de alteração em índices ou taxas, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos.

1. Patrimônio Líquido
   1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital subscrito e integralizado, no valor de R$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

* 1. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal é de R$ 230.

* 1. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício |  | 24.083 |  | (24.949) |
| Apropriação:  Prejuízo acumulado |  | (19.491) |  | - |
| Reserva legal |  | (230) |  | - |
| **Lucro básico para determinação do dividendo** |  | 4.362 |  | - |
|  |  |  |  |  |
| Dividendos mínimos obrigatórios |  | 1.090 |  | - |
| Dividendos adicionais propostos |  | 3.272 |  | - |
| **Total de dividendos propostos** |  | 4.362 |  | - |

* 1. Resultado por Ação

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas | 24.083 |  | (24.949) |
| Quantidade de ações | 297.136.068 |  | 297.136.068 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - (R$ por ação) | 0,08 |  | (0,08) |
|  |  |  |  |

**Prática Contábil**

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

1. Despesa por natureza
   1. **Despesas Gerais e Administrativas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais | (547) |  | (471) |
| Honorários | (801) |  | (715) |
| Despesas com seguros | (334) |  | (1.050) |
| Legais | (7) |  | (14) |
| Publicidade e propaganda | - |  | (2) |
| Clubes e associações | (23) |  | (135) |
| Custos compartilhados | (640) |  | (760) |
|  | (2.352) |  | (3.147) |

*A Rubrica de Despesas administrativas é composta principalmente por remuneração a conselheiros e diretores, despesas com seguros e custos compartilhados com a controladora conforme contrato.*

* 1. **Despesas Tributárias**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro e outras receitas | (1.092) |  | (455) |
| Impostos e Taxas | (2.530) |  | (1.130) |
|  | (3.622) |  | (1.585) |

* 1. **Outros custos/despesas e receitas líquidas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Venda do ativo imobilizado | - |  | 1.251 |
| Custos com Operação – CCEE | - |  | (1.223) |
|  | - |  | 28 |

O saldo do conjunto turbo gerador movido a gás natural de fabricação da General Electric (GE) no montante de R$75.072 encontrava-se zerado devido ao impairment igual ao valor contábil líquido. No 4º trimestre de 2020 houve a reversão do impairment no montante de R$ 75.072 e a venda do turbogerador no montante de R$ 55.628, tendo como recebimento no exercício de 2020 o montante de R$ 52.374, e o restante como contas a receber com a Petrobras no montante de R$ 3.254.

Em 2021, a Companhia verificou a retenção de tributos por parte da Petrobrás, o que ensejou o recálculo do valor de venda do Turbogerador para que a companhia recebesse o valor líquido contratualmente firmado. Dessa forma foi emitida uma nota fiscal complementar no valor de R$ 1.251 para que o líquido recebido na venda fosse de R$ 55.628.

1. Resultado financeiro líquido

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| Juros sobre impostos | (89) |  | (38) |
| Reajuste Contratual EMAE (12.b) | (22.799) |  | (85.044) |
| Reajuste Contratual Leasing | 7.266 |  | - |
| Reajuste Contratual Subarrendamento (12.c) | 16.122 |  | 20.448 |
| Juros sobre arrendamento (12.a) | (16.784) |  | (22.201) |
| Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 6. c) | 19.150 |  | 21.413 |
| Receita sobre subarrendamento (nota explicativa 6.b) | 13.783 |  | 18.385 |
| Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDC) | 19.159 |  | 7.679 |
| Reajuste contratual Arrendamento | - |  | 3.979 |
| Atualização depósitos judiciais | 156 |  | 778 |
| Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar | 4.158 |  | 1.310 |
| Resultado financeiro líquido | 40.122 |  | (33.291) |
| Receitas | 79.638 |  | 73.215 |
| Despesas | (39.673) |  | (107.284) |
| Variações Monetárias, líquida | 157 |  | 778 |
|  | 40.122 |  | (33.291) |

* + - 1. Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06(R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

* + - 1. Reajuste Contratual EMAE

Em maio de 2022, e dezembro de 2022, houve reajustes por índice de inflação ocorrido no contrato de arrendamento no qual a BSE é arrendatária da EMAE (Terceiros). Considerando a norma aplicável aos arrendamentos na visão da arrendatária, o valor da remensuração deste passivo deveria ser registrado em contrapartida ao ativo de direito de uso (imobilizado) da BSE, no entanto, como a BSE é um arrendador intermediário no subarrendamento, não possui o direito de uso do bem registrado, a contrapartida foi no contas a receber do arrendamento (investimento líquido no arrendamento).

* + - 1. Reajuste Contratual Disponibilidade de máquinas (Subarrendamento)

Em 2022 o contrato de cessão de disponibilidade de máquinas no qual a BSE é arrendadora da Petrobras foi reajustado no período pelo IPCA, conforme regramento estabelecido em contrato, gerando um ganho de R$ 16.122 (R$ 20.448 em 2021), que foi registrado como receita financeira.

1. Processos judiciais e contingências
   1. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para o qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **Estimativa - 2022** |  | **Estimativa - 2021** |
| Cível | 2.020 |  | 1.886 |
| Execução Fiscal | - |  | 61.352 |
|  | 2.020 |  | 63.238 |

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

* + - 1. Processo de natureza cível

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Estimativa** |  |
| Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL | **2022** | **2021** |  |
| Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária. |  |  |  |
| Situação atual: A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa. Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Assim, o Auto de Infração encontra-se na situação "Suspenso com depósito judicial". | 2.020 | 1.886 |  |

* + - 1. Execução Fiscal

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Estimativa** |  |  |
| Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional | **2022  2021** |  |  |
| A execução fiscal tem por objeto, supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal n° 10845.725847/2015-5.  Situação atual: Trata-se de autuação fiscal para a cobrança de PIS e COFINS em razão do não reconhecimento do direito ao crédito desses tributos pelo arrendamento de turbogeradores, bem como de cobrança de IR e CSLL por entender ter ocorrido omissão de receita em razão do arrendamento. O processo evoluiu para a esfera judicial mediante processo 0004051-94.2016.4.03.6104, no qual a Companhia obteve decisão favorável que encerrou a execução fiscal em 2022. | - 61.352 |  |  |

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava processos de qualquer natureza com probabilidade de perda provável.

Prática Contábil

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

1. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
   1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** |  | **2021** |
| **Ativo** |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 |  | 4 |
| Contas a receber, líquidas | 137.127 |  | 124.157 |
| Contas a receber – FIDC | 136.807 |  | 135.563 |
|  | **273.936** |  | **259.724** |
| **Não circulante** |  |  |  |
| Contas a receber, líquidas | 63.710 |  | 156.957 |
|  | **337.646** |  | **416.681** |
| **Passivo** |  |  |  |
| **Circulante** |  |  |  |
| Fornecedores | 1.379 |  | 1.070 |
| Arrendamentos mercantis | 108.790 |  | 117.394 |
|  | **110.169** |  | **118.464** |
| **Não circulante** |  |  |  |
| Arrendamentos mercantis | - |  | 90.116 |
|  | **110.169** |  | **208.580** |

* + 1. Prática contábil

**Caixa e equivalente de caixa**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

* 1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, não derivativos, são classificados na categoria “Custo amortizado” (exceto o Contas a receber FIDC, classificado na categoria de “Valor justo por meio do resultado”), com recebimentos e pagamentos fixos ou determináveis, os quais não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

* 1. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

* + 1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está sujeita a variações nas taxas de juros incidentes sobre os seus contratos de arrendamento.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras

* + 1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

* + 1. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

* + 1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía ativos e passivos com riscos cambiais.

* 1. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

* 1. Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da BSE, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DIRETORIA EXECUTIVA** | | | | |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| MARCELO FERREIRA PELEGRINI | |  | ALINE DIAS LEONARDI | |
| Diretor Técnico | |  | Diretora Administrativa | |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA. | | |  |
|  | CRC-RJ 001.137/O-0 | | |  |
|  | MARLUCI AZEVEDO RODRIGUES | | |  |
|  | Contadora | | |  |
|  | CRC RJ 059203/O-4 | | |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |